

Experiências de uma ONG na promoção de direitos e saúde trans em São Paulo

Experiences of a NGO with promoting trans rights and health care in São Paulo

Marta McBritton^I, Tadeu Di Pietro^{II}, Regina Figueiredo^{III}, Barry Wolfe^{IV}, Karen Schwach^V,
Fernanda Peres Guidolin^{VI}, Vera Luz de Oliveira^{VII}, Welton Gabriel Lima dos Santos^{VIII},
Luiz Augusto Spanghero Macarenhas^{IX}, Margarete de Jesus Fernandes^X,
Nadja de Figueiredo Araújo^{XI}

Resumo

Este artigo procura expor as ações realizadas pelo Instituto Cultural Barong junto à transexuais, visando à promoção de seus direitos, incluindo o de saúde e prevenção de IST/HIV. São relatadas as estratégias de promoção de informações por meio do desenvolvimento de materiais educativos, exposições, ações de campo e inclusive cursos produzidos para este público, procurando atender suas necessidades, locais de circulação de trabalho ou sociabilidade, linguagem e demandas. As estratégias foram consideradas de sucesso pela sua alta adesão e receptividade comprovada no público atingido e ambientes integrados.

Palavras-chave: Saúde sexual; Prevenção; IST/aids; Transexualidade.

Abstract

This article seeks to document the actions of the Cultural Institute Barong among transsexuals, done with the intention of promoting their rights, including health and STI/HIV prevention. The related strategies for promoting information through the development of educational materials, expositions, field actions and even courses produced for this public, seeking to fulfill their needs, places of circulation, of work or of sociability, language and demands. The strategies were considered a success for their high adherence and receptivity proved within the reached public and the integrated spaces.

Keywords: Sexual health; Prevention; STI/aids; Transexuality.

^I Marta McBritton (martamcbrifton@gmail.com) é graduada em Gestão de Projetos Sociais pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Presidente e Coordenadora de projetos em saúde e direitos sexuais e reprodutivos do Instituto Cultural Barong.

^{II} Tadeu Di Pietro (tadeudipietro@uol.com.br) é ator e diretor teatral formado pelo Teatro Escola Macunaíma, produtor cultural e membro e arteeducador do Instituto Cultural Barong.

^{III} Regina Figueiredo (reginafigueiredo@uol.com.br) é socióloga, Mestre em Antropologia e Doutora pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisadora do Instituto de Sa, membro do Comitê de Atenção Integral à População LGBT Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e membro consultivo do Instituto Cultural Barong.

^{IV} Barry Michael Wolfe (bmw@sosdignity.org) é bacharel em Direito pela University of Edinburgh, Pós-graduado pela Yale Law School e Mestre em Direito Internacional pela Cambridge University e Criador do Projeto SOS Dignidade do Instituto Cultural Barong.

^V Karen Schwach (karen@sosdignidade.org.br) é graduada em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e Coordenadora do plantão jurídico do Projeto SOS Dignidade do Instituto Cultural Barong.

^{VI} Fernanda Peres Guidolin (barong.fernanda@gmail.com) é graduada em Turismo pela Universidade Anhembi Morumbi e assistente de direção e campo do Instituto Cultural Barong.

^{VII} Vera Luz de Oliveira (veraluz_oliveira@hotmail.com) é enfermeira pela FMU, tem aperfeiçoamento em Atenção Domiciliar, Abordagem Familiar e Gestão do Cuidado na Atenção Domiciliar pela Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA SUS) e atua como enfermeira e agente de prevenção do Instituto Cultural Barong.

^{VIII} Welton Gabriel Lima dos Santos (weltonlds@gmail.com) tem formação parcial em Educação Física pelo Centro Universitário Italo Brasileiro (UNITALO) e é agente de prevenção do Serviço Especializado em DST/Aids do M'Boi Mirim (SAE M'Boi) e do Instituto Cultural Barong.

^{IX} Luiz Augusto Spanghero Macarenhas (barong.guto@gmail.com) fez Administração de Empresas pela UNINOVE e é assistente de campo do Instituto Cultural Barong.

^X Margarete de Jesus Fernandes (barong.margarete@uol.com.br) é bacharel em Letras pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP) e Especializada em Direito Imobiliário pela parceria Fundação Armando Álvares Penteado e Faculdades Metropolitanas Unidas (FAAP-FMU) e atua como co-coordenadora de projetos no Instituto Cultural Barong.

^{XI} Nadja de Figueiredo Araújo (nadjadefigueiredo@uol.com.br) é graduanda em Psicologia na Universidade Paulista (UNIP) e agente de prevenção do Instituto Cultural Barong.

Introdução

Desde 2007 o Instituto Cultural Barong^{xii,1} desenvolve o “Projeto SOS Dignidade”² que iniciou associações com a população trans (incluindo travestis, transexuais e transgêneros). Essas ações envolvem a promoção de direitos dessa população por meio, principalmente, de sua defesa jurídica, iniciada em 2008 visando à mudança do nome social em documentos, visto que até 2017 essa alteração necessitava de ações judiciais.

De 2011 a 2015 o SOS funcionou dentro do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais da Secretaria de Estado e Saúde de São Paulo, na Vila Mariana, São Paulo, realizando mais de 300 processos de mudança de nome social e/ou sexo em documentos civis de transexuais³. Esse trabalho foi seguido pela realização de diversas exposições fotográficas, procurando não apenas visibilizar o mundo das trans, principalmente travestis, mas também promover a autoestima das trans^{xiii}.

A partir do SOS Dignidade, o Barong desenvolveu uma série de ações e projetos tendo em vista atingir a população trans, principalmente em seus espaços de circulação, difundindo legislações e direitos já instituídos, criando plantões de esclarecimentos e promovendo a saúde sexual e reprodutiva deste público por meio de materiais educativos, de ações de campo na Grande São Paulo e da realização de testagens para HIV, hepatite B e C e encaminhamentos para serviços públicos, inclusive o de saúde.

^{xii} Organização Não Governamental (ONG) criada em 1996 na cidade de São Paulo, que atua na promoção da educação e da saúde sexual e reprodutiva, incluindo a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV/aids, entre a população em geral, dando ênfase à utilização de estratégias de comunicação alternativa (folhetos, teatros, abordagens de campo, eventos, etc.)¹.

^{xiii} Exposições do fotógrafo e co-autor deste artigo Barry Wolf, realizadas em 2007 no Conjunto Nacional, em 2008 no Conjunto Nacional, em 2008 no SAE Campos Elíseos; em 2008 no Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP), em 2009 no Congresso Brasileiro de DST/AIDS e no Casarão Brasil, em 2014 no Centro de Referência e Dança de São Paulo e em 2016 na Festa Terça Trans, realizada no centro de São Paulo.

Vulnerabilidade trans

Segundo o Ministério da Saúde, a prevalência em 2017 de HIV entre “homens que fazem sexo com homens” (HSH)⁴ – o que inclui as trans – no país é de 9,4% entre 18 e 24 anos e de 19,8% entre os 25 anos ou mais. Dados do Município de São Paulo⁵ apontaram que a proporção de HSH notificados com aids havia aumentado de 37,6% em 2006 para 51,0% em 2014, com variação da taxa de 222,4% em 2005 na faixa etária entre 15 e 19 anos e de 95,1% entre 20 e 24 anos. Já o estudo Sampacentro⁶, de parceria entre a Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (FCMSCSP) e o Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids de São Paulo (CRT-SP), realizado em 2011-2012, apontou 16% de soroprevalência de HIV em HSH que frequentam bares, boates e outros locais de sociabilidade no centro da cidade de São Paulo.

A população transgênero, proporcionalmente, tem maior prevalência do que os outros grupos populacionais, a presença do vírus HIV entre travestis e transexuais testados é de 13,0% e 6,4%, respectivamente⁴. Segundo Grandi⁷, em 2000, 45,0% das travestis possuíam o HIV, 40% sífilis e 63,2% hepatites B e 15,5% hepatite C (14,5%). Já em estudo mais recente realizado por Ferreira e colegas⁸, (em 2014, no município de São Paulo, com 124 travestis e transexuais mulheres, a presença do HIV foi de 36,2% e 22,7%, respectivamente.

Quanto a outras IST, o Ministério da Saúde, em 2017, apontou uma prevalência geral de hepatites entre HSH no país de 0,75%, sendo 1,73% se considerarmos apenas as hepatites B e C, além da sífilis que aparece com prevalência de 14,0% entre esse público⁴. Na cidade de São Paulo, em 2014, Ferreira e colegas⁸ constataram 16,0% de travestis que haviam tratado gonorreia, 80,0% se tratado de sífilis e 4,0% de HPV; entre as trans, registraram um histórico

apenas de tratamento de sífilis em 100% dos pesquisados.

Essa realidade deriva de uma série de adversidades que enfrentam devido à exclusão social e à violência a que são sujeitos desde a adolescência⁹, incluindo o não reconhecimento de seus direitos à educação, saúde, moradia, ir e vir com segurança no espaço público, ao trabalho e o desrespeito à sua identidade de gênero e seus nomes sociais¹⁰, situações cumulativas que os fazem abandonar a família de origem, a escola, viver em condições de marginalidade social, aderirem à prostituição e tornem-se impedidos ao exercício da cidadania. Por isso estratégias de vulnerabilidade precisam ter enfoque global em promoção de sua inclusão e cidadania¹¹.

Ações voltadas à população trans

Além do plantão jurídico pelo SOS para orientação de trans na mudança de nome social, denúncias de discriminação e outras ações judiciais, o projeto também englobou intervenções na Políticas Públicas – uma vez que os membros do SOS passaram a ser membros do Comitê Estadual de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas de São Paulo (CEETP), que vem atuando em ações de prevenção e enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual no Brasil. O Barong também promoveu atividades visando a maior visibilidade e o empoderamento de trans, por meio de exposições fotográficas temáticas e a inclusão de seus depoimentos pessoais de história de vida no Museu da Pessoa^{xiv}, em São Paulo¹².

Com relação a ações de campo e materiais desenvolvidos foram feitos:

– folhetos trans – sistematizando direitos civis:

Em 2012, o Instituto Cultral Barong desenvolveu o folheto “A Lei é Para Todos – conheça os direitos de travestis e transexuais”¹³, sistematizando todas as legislações de direitos civis que poderiam ser utilizadas pela população transexual, para disseminação em pontos de concentração deste público.

Nesse sentido, considerando que muitos trans desconhecem o seu direito – principalmente quanto a legislações recentes – e têm, portanto, dificuldade de reivindicá-lo, o folheto desenvolvido procurou disseminar informações sobre as leis:

– cartilha de promoção da saúde integral trans:

Em 2016, vislumbrando a necessidade de promover a saúde integral da população trans e orientações sobre a recém-chegada PEP – profilaxia pós-exposição para HIV, além de serviços de saúde disponíveis em São Paulo, foi elaborada a cartilha “A Vida em Transformação - guia trans de saúde sexual e direitos humanos”¹⁴.



Esse material, mais ordenadamente por assunto, apresenta as legislações civis que podem ser utilizadas por esse público:

- uso do nome social em documentos e serviços públicos federais e do Estado de São Paulo - Decreto Federal nº 8.727 de 2016¹⁵ e Lei Estadual de São Paulo nº 10.948 de 2001¹⁶;
- procedimento para mudança de nome em documentos, sem necessidade de ter passado por cirurgia de transexualização - Decreto Federal nº 9.278 de 2018¹⁷;

^{xiv} O Museu da Pessoa é um museu virtual e colaborativo para pessoas que querem registrar e compartilhar sua história de vida¹².

- união consensual - Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça 2013¹⁸;
- inclusão de parceiros como dependentes previdenciários para fins de benefícios de saúde e pensão - Portaria nº 513 do Ministério da Previdência Social de 2010¹⁹;
- proteção à discriminação em geral - Decreto Federal nº 8.727 de 2016¹⁵ – para realização de denúncias de Tratamentos discriminatórios e telefones e locais para realizá-las;
- proteção à discriminação no Trabalho - Decreto do Estado de SP nº 10.948 de 2001¹⁶, que protege discriminação no trabalho e concursos públicos;
- uso do nome social em serviços de saúde - Decreto Estadual nº 55.588 de 2010, do Estado de São Paulo²⁰;
- moradia sem discriminação: Decreto Estadual nº 10.948 do Estado de São Paulo¹⁶;
- uso do nome social em cursos, escolas e faculdades - Portaria nº 1.612 do Ministério da Educação de 2011²¹ e Deliberação nº 125 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo de 2014²².

E explicita orientações de prevenção à saúde, principalmente da sexual e reprodutiva e os cuidados com infecções sexualmente transmissíveis (IST). Assim são incluídas orientações sobre^{xv}:

- ambulatórios de atenção a Trans – divulgação do Ambulatório de Saúde Integral para Travestis e Transexuais e Ambulatório Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão à Pessoa Trans, endereços e as especialidades que oferecem.
- hormonioterapia: importância de fazê-la com acompanhamento médico e serviços

públicos que disponibilizam esse serviço^{xvi} e a importância de nunca usar silicone líquido industrial;

- higiene íntima: orientação sobre o não compartilhamento de “chucas” (enemas de lavagem anal);
- prevenção de IST/HIV/aids: importância e gratuidade de uso de preservativos;
- sexo oral: importância da prevenção e estratégias para reduzir riscos;
- sexo oral no ânus: importância da prevenção de IST e hepatite e dicas de uso de barreira;
- hepatites A, B e C: formas de infecção e sintomas;
- vacina para hepatites A e B: importância das vacinas e serviços de saúde que a disponibilizam gratuitamente;
- vacina de HPV e cuidado da próstata: importância e orientação de serviços de IST/ais e exame de próstata para evitar cânceres em órgão sexuais e reprodutivos;
- profilaxia pós-exposição sexual para o HIV (PEP): disponibilidade, situações e tempo em que se deve procurar, forma de uso e locais em que está disponível;
- testagem de HIV, sífilis e hepatites – importância da realização periódica da testagem de B e C e disponibilidade gratuita de testes rápidos;
- orientações para HIV positivos: informações sobre a importância do acompanhamento de saúde, do incentivo à manutenção de qualidade de vida e da autoestima, da adesão correta ao uso de antirretrovirais e da continuidade de uso de preservativos;
- álcool e drogas: informações sobre cuidados e redução de danos.

^{xv} Conteúdos e orientações revisadas pelo Programa Municipal de DST/Aids do Município de São Paulo.

^{xvi} Em São Paulo: UBS e AMA Santa Cecília, UBS Sé, UBS República – todas na região Centro da cidade.

Posteriormente, em 2018, durante revisão, foram incluídos na cartilha informações sobre a profilaxia pré-exposição para o HIV (PREP) – descrevendo sua serventia, público que deve utilizá-la e serviços que a disponibilizam, conforme orienta a política estadual²³ –, sobre implantes de silicone – procurando salientar os perigos do silicone líquido industrial e orientar a sua retirada para quem os utilizou –, a importância de homens trans buscarem serviços de saúde para realizar a prevenção do câncer de mama, e a orientação uso de banheiros de acordo com a identidade de gênero, conforme a Lei nº 10.948 do Estado de São Paulo de 2001¹⁶ e a Resolução do Ministério da Educação de 12 de setembro de 2017²⁴.

Diferentemente da cartilha produzida pelo Ministério da Saúde^{xvii} para trabalhadores de saúde que possui viés mais técnico e conceitual, essa cartilha voltada ao público trans, procurou adotar na sua construção uma estratégia participativa e dialógica. Por isso, não apenas foi testada entre este público, mas também recebeu sugestões de inserção de temas e necessidade de seu cotidiano, além de procurar adotar linguagem e visual facilitado e enxuto, procurando dar informações claras e utilizar expressões e códigos de comunicação (gírias) típicos dessa população, de forma a servir como um “link” de identificação do material com o seu público: “arrasou!” (foi/está incrível), “bofe uó!” (homem ruim), “bafão!” (fofoca), “tá boa!” (tudo bem), “dê seu close!” (apareça), “penosa” (ficar sem dinheiro), “pintosas e monas” (gays femininos e lésbicas), “bofes” (rapazes), “sem armário!” (se assumir), “turbinar” (por silicone), “amarração” (amarrar os seios), “chuca” (enema), “no pelo” (relação sem camisinha), “capa”

(camisinha), “gravar” (sexo oral), “cuneti!” (sexo oral feito no ânus), “tia!” (HIV/aids), “batizada” (com IST), “loka” (desnorteada, sem senso).

– campo em locais de trabalho e sociabilidade trans:

De 2014 a 2018, além da participação anual na Parada Gay de São Paulo, o Barong concentrou-se em projetos que contemplassem ações de campo voltadas a público trans, principalmente mulheres trans. Essas ações foram realizadas mediante 2 projetos financiados pelo Programa Municipal de DST/Aids de São Paulo: projeto “Terça Trans” (desenvolvido de agosto de 2016 a julho de 2017) e o projeto “Rodas da Sexualidade e Arte” (de outubro de 2017 a setembro de 2018). O objetivo de ambos foi disseminar entre as/os trans as legislações e normas que lhes garantem direitos de cidadania e promover a saúde sexual e reprodutiva e redução de danos entre este público, integrando o conceito de prevenção combinada e o incentivo ao diagnóstico precoce de HIV e outras IST.



Os locais selecionados para essas atividades, foram os espaços de sociabilidade e/ou trabalho onde essa população se concentra; assim foram abordados geralmente no período noturno) festas, concursos de beleza, pontos de

^{xvii} Cartilha “Cuidar Bem da Saúde de Cada Um – faz bem para todos, faz bem para o Brasil”, produzida pelo Ministério da Saúde em 2016²⁵.

prostituição e bares – inclusive onde há uso de álcool e drogas –, e também locais de moradia e circulação cotidiana dessa população – e que servem como referência não só para as trans que vêm de outras cidades encontrarem sua “tribo”, mas também terem acesso a cabeleireiros, manicures, lojas de roupas e uma “rede” específica de consumo deste público. As atividades envolveram a presença de unidade móvel (van) com uma equipe multidisciplinar que ofertava plantões de orientações e de testagem de IST ou HIV/aids, a distribuição de cartilhas trans “A Vida em Transformação” e de cartilhas de orientação de prevenção combinada de IST/HIV e a oferta de preservativos masculinos e femininos, lubrificantes íntimos e “chucas” descartáveis.

Entre os vários pontos atingidos na cidade de São Paulo, teve destaque o Concurso da Corte LGBT da União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP), que elegeu a Rainha Trans, Rainha Drag, Rainha Transformista e Passista para o Carnaval de São Paulo em 2017, no Clube da Vila Maria, e a festa “Terças Trans”^{xviii} – esta última uma das maiores concentrações periódicas da cultura transgênero da cidade –, que acontece mensalmente há mais de 10 anos na região do Centro, que concentra um público de cerca de 150 pessoas, formado por travestis e *crossdressers*^{xix}, transexuais, admiradores desses (*t-lovers*), além de *drag queens*^{xx}, gays e lésbicas. Também foram feitas ações em locais de trabalho deste público, as que concentram

pontos de prostituição trans, como: Largo do Arouche, Parque do Carmo, Rua Bento Freitas na República e bares (Muss Bar, na República; Capella Bar, em Santo Amaro; Chimus Bar, no Capão Redondo, Point da Villa, no Pirajussara).



Ao todo, foram realizadas 24 ações de campo noturnas em pontos trans^{xxi}, atingindo quase 3.000 pessoas, com distribuição de 8.500 preservativos e 2.900 cartilhas trans e folhetos de prevenção disponibilizados pelo Programa Municipal de DST/Aids, além de 2.000 chucas descartáveis, 165 testes de HIV, mais 135 encaminhamentos para realização deste em COAS e CTAs, 83 testes de hepatites, 17 de sífilis^{xxii} e mais outros 300 encaminhamentos para realização de testes de IST, incluindo a sífilis nesses serviços:

^{xviii} Organizada pela produtora trans Patty Delli, em local que varia de endereço nas proximidades da Praça da República e Largo do Arouche.

^{xix} Pessoa que, em geral, se identifica com seu sexo de origem biológica, mas que “sente fortes impulsos de se vestir, comportar e sentir como alguém do sexo oposto e que não se dizem travestis devido ao estigma que esse nome tem por ser associado comumente à prostituição”²⁶.

^{xx} Artistas performáticos que se vestem com roupas femininas para apresentações, independente da sua identidade de gênero.

^{xxi} Aqui estão registradas as ações do(s) projeto(s) dirigidos exclusivamente à trans, pois houve outras que também abordaram a população gay e que resultaram além da prevenção mais casos de detecção de casos de infecção por HIV e hepatites virais.

^{xxii} Iniciados em abril de 2018.

Quadro 1: Ações, Materiais e Testagens Realizadas com Trans de 2016-2018, de acordo com cada projeto:

	Terça Trans	Rodas	total
	(agosto de 2016 a julho de 2017)	(outubro de 2017 a setembro de 2018)*	Nos 2 anos
quant. de ações trans	12	5	17
quantidade de público trans acessado	2.000	900	2.900
cartilhas trans distribuídas	2.000	900	2.900
cart. prev combinada distribuídas	2.000	900	2.900
preservativos masculinos distribuídos	4.000	4.500	8.500
preservativos femininos distribuídos	400	não fornecida	
“chucas” descartáveis distribuídas	2.000	500	2.500
lubrificantes distribuídos	2.000	2.700	4.700
testes rápidos de HIV realizados	165	realiz. suspensa pelo Progr. Munic. DST/Aids	165
deteção e encaminhamento de HIV+	6	-	6
adesão ao tratamento HIV ^{xxxiii}	1	-	1
encaminh. p/ testagem HIV em outros serv.	-	135	135
testes rápidos de hepatite B realizados	83	não autoriz. pelo Progr. Munic. DST/Aids	83
teste rápido de hepatite realizados	83	não autorizados pelo Progr. Munic. DST/Aids	83
casos de hepatites detectados e encaminhados	0	-	0
teste rápido de sífilis realizados	ainda não disponibilizado	17	17
casos de hepatites detectados e encaminhados	-	0	0
encaminh. p/ testagem de sífilis em serviços	152	45	197
encaminh. p/vacinação de hepatite B em serviços	152	135	287
encaminh. de sessoria jurídica	18	5	23

^{xxxiii} Informação fornecida pelo serviço de IST/HIV/aids vinculado ao projeto e para o qual houve orientação de encaminhamento imediatamente em seguida da realização da testagem de HIV.

As ações de campo do Barong, muitas vezes, utilizam técnicas artísticas como estratégia de educação – o que facilita a atratividade, a interlocução e a compreensão de temas por apresentá-los de uma forma lúdica e simbólica²⁷. Essa perspectiva se filia a uma pedagogia de libertação proposta por Paulo Freire, que visa à construção de saberes para a mudança social²⁸.

– formações em comunicação para trans: autoestima e autonomia:

Nesse sentido, inovando em ações, foi proposto cursos básicos de “comunicação interpessoal” para trans^{xxiv}, vislumbrando não apenas a atualidade de expressão que vem sendo feita através das redes sociais, mas também a importância do empoderamento dessas pessoas para se colocar numa sociedade que normalmente as estigmatiza e aproveitando o interesse que as trans informam de gostar e querer “estar bem frente as câmeras” e “falar melhor em público”^{xxv}.

A metodologia utiliza técnicas do Teatro Invisível, de Augusto Boal²⁹, que, por meio da realização de 4 encontros por turma, propõe dinâmicas onde são trabalhadas interpretação, falas e encenação para promoção de uma intervenção na realidade. Essas técnicas teatrais atuam na inibição e desbloqueio e são divididas em 4 eixos: 1) “eu sou” – identidade, personalidade e verdade interior; 2) “eu me expresso” – pelo corpo, voz, coerência; 3) “eu comunico” – ideias, mensagens, conteúdos, improvisações; 4) “eu emociono” – razão, emoção, discurso, estilos.

^{xxiv} A técnica, adaptada às necessidades das trans, foi desenvolvida por Tadeu Di Pietro – um dos autores deste artigo – que já as utiliza com outros públicos.

^{xxv} Manifestações de trans registradas pela instituição durante gravação de alguns vídeos durante eventos da “Terças Trans”.

Esses eixos desenvolvidos em oficinas contribuem em efeito pessoal e social, na identificação e fortalecimento de “quem comunica”, “o que se comunica”, “como se comunica” e o “para que se comunica”. Assim, parte-se da questão da identidade (fundamental para os(as) trans que reafirma o indivíduo frente à própria vida e à sociedade); em seguida, se reforça a posição da pessoa como sujeito que produz pensamentos e estes poderão ser racionalizados para a realização de uma comunicação eficaz; por fim, essa melhor expressão facilita e reafirma o seu posicionamento social, além da identificação com outros sujeitos que se encontram em situação similar à sua, facilitando o lidar com a realidade, incluindo os preconceitos.

Obviamente, no caso das trans, esse trabalho visa à uma transformação da percepção e uso da realidade social: trans causam um estranhamento social (por serem uma minoria considerada “exótica”). Esse efeito pode passar a ser compreendido por elas(es) como algo “natural”, positivo e que pode deixar de causar sofrimento e se transformar em ferramenta de mudança, na medida em que seja percebido como algo que contribui para a sociedade visibilizar e integrar diversidades e noções de justiça e cidadania. Ao mesmo tempo, esse deslocamento de percepção e habilitação para a comunicação, gera nas(os) trans, um poder de transformação, potencial diferenciado que contribui para a própria autovalorização e autorrespeito.

A essas oficinas se somaram um grupo de WhatsApp com dicas de exercícios e informações de interesse do grupo, além de 1 encontro que é realizado para abordar e discutir os direitos de cidadania gerais, pautados na Constituição³⁰ e em leis e normatizações específicas que beneficiam os transexuais, travestis e transgêneros. Até o primeiro semestre de 2018, 13 pessoas já haviam realizado o curso, em duas turmas oferecidas.

Considerações finais

O Brasil fez vários avanços na área de direitos LGBT, incluindo transexuais. Esses avanços se concentraram na proposição de legislações e integração de programas de promoção de direitos civis e cidadania, como demonstrou Kraiczuk³¹, que ainda precisam ser ainda muito divulgados entre esta população, mas também entre o público em geral, para minimizar preconceitos.

Avanços na área de Saúde ainda se concentram em raras capitais e serviços e principalmente no município de São Paulo – que vêm realizando o atendimento às demandas específicas de transexuais –, além, obviamente, da atenção promovida por todos os municípios pelo Programa Nacional de DST/Aids, visando à prevenção das IST/HIV e hepatites entre essa população gravemente atingida.

ONGs, como o Barong, têm potencial de promover espaços, estratégias e materiais que penetram em ambientes específicos onde essa população transita, permitindo a testagem e a parceria em estratégias de promoção de direitos e cidadania, inclusive do direito ao acesso e promoção de saúde sexual e reprodutiva. Afirmar a sua visibilidade, apoiá-la juridicamente, atingi-la com materiais especificamente produzidos e que utilizem sua linguagem e interesses, além de promover ações de campo são fundamentais no processo de ação e comunicação com trans.

Ainda há uma grande quantidade de população trans invisibilizados, uma vez que não participam dos espaços e programas centrais da “tribo” da cidade; seja por falta de recursos, de distância de sua situação de moradia ou de uma idade anterior ou posterior aos ambientes públicos de programas ou “baladas”. O isolamento, neste caso, representa um fator de maior vulnerabilidade e menor acesso a informações de saúde e de direitos civis.

Penetrar em seus estilos de vida e espaços noturnos, fazendo parte do cenário público onde

os trans “passeiam” foi o aprendizado do Barong, apontando que ações integradas funcionam e têm boa receptividade entre essa população. Ao mesmo tempo, isso inspira novas propostas de trabalho em atenção à sua demanda, como o projeto de comunicação.

A promoção de um empoderamento para o exercício de uma real autonomia e decisão de melhor condução de suas vidas são direitos dos indivíduos trans, ainda tão renegados entre a população brasileira. Isso ainda é real para as mulheres trans e talvez mais ainda para os homens trans – tão difíceis de ser acessados.

Todos esses aspectos devem ter atenção especial frente a ameaças recentes de retrocesso nas conquistas democráticas de nosso país, que se estiverem efetivadas em nível individual entre esses sujeitos, terão muita dificuldade de lhes serem retiradas.

Referências

1. Instituto Cultural Barong. Sobre o Barong. (on line). [acesso em 14 out 2018]. Disponível em: <http://www.barong.org.br>
2. Instituto Cultrual Barong. SOS Dignidade. (on line) [acesso em 14 out 2018]. Disponível em: <http://www.sosdignity.org/>
3. Schwach K, Figueiredo R, Wolfe BM, McBritton M, Marquezine IM. Mudança de nome social de pessoas transgêneras - identidade de gênero para além da biologia. *Bagoa*. 2017; (17):318-339.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim epidemiológico HIV Aids 2017. Brasília; 1 dez 2017. [acesso em: 15 out 2018]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2017/boletim-epidemiologico-hiv-aids-2017>
5. São Paulo. Secretaria Municipal de Saúde. Programa Municipal de DST/Aids. In: O município na luta contra a AIDS. São Paulo; 2009. p.7-18.
6. Mello MLR, Santos NJS, Giovanetti MR, Tayra A. Aids em homens que fazem sexo com homens – tópicos importantes

- da política pública de prevenção do HIV/aids para gays, travestis e outros HSH. BEPA – Bol. Epidemiol. Paul. 2012; 9(103):21-31. (on line). [acesso em: 15 out 2018]. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-42722012000700003&lng=pt&nrm=iss
7. Grandi JL. Coinfecção HIV, sífilis e hepatites B e C em travestis da cidade de São Paulo, 1992-2000. (tese). Departamento de Enfermagem. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo; 2001.
8. Ferreira Jr S, Bergamo PMS, Nogueira FPA. Perfil de travestis e transgêneros: tuberculose e HIV/Aids na cidade de São Paulo. Rev. Panam. Saud. Públ. 2016. a 40(60):410-417.
9. Figueiredo R, Peixoto M. Em defesa da criminalização da homofobia: garantindo o direito específico à diversidade de gênero. Rev. Cient. Virt. da Esc. Sup. Adv. OAB-SP; 2011; 2(5):42-45. [acesso em: 15 out 2018]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/262011624_A_homofobia_como_crime_especifico_Homophobia_as_a_especific_crime
10. Mott L. Homo-afetividade e direitos humanos. Est. Femin. 2006; 14(2):509-521, maio/agosto de 2006.
11. Jesus JG. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. Salvador: ABEH; 2012.
12. Museu da Pessoa. Entenda. (site on line). [acesso em: 15 out 2018]. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/o-museu-da-pessoa>
13. Instituto Cultural Barong. A lei é para todos - conheça os direitos de travestis e transexuais. (folheto). São Paulo; 2012.
14. Instituto Cultural Barong. A Vida em Transformação - guia trans de saúde sexual e direitos humanos. (cartilha). 2a ed. São Paulo; 2018.
15. Brasil. Decreto Federal nº 8.727. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Presidência da República; 28 abr 2016.
16. São Paulo. (estado). Lei nº 10.948. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. São Paulo; 5 nov 2001.
17. Brasil. Decreto Federal nº 9.278. Regulamenta a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição. Brasília; 5 dez 2018.
18. Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 175. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília; 14 mai 2013.
19. Brasil. Ministério da Previdência Social Portaria nº 513 de 9 de dezembro de 2010. Brasília; DOU de 10 dez 2010.
20. São Paulo. (estado). Decreto Estadual nº 55.588. Dispõe sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. São Paulo; 17 mar 2010.
21. Brasil. Ministério da Educação. Portaria nº 1.612. Brasília; 18 nov 2011.
22. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Deliberação nº125. Dispõe sobre a inclusão de nome social nos registros escolares das instituições públicas e privadas no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas. São Paulo; 2014.
23. São Paulo. Centro de Referência e Treinamento em DST Aids de São Paulo. Informações sobre PrEP. (on line). [acesso 19 out 2018]. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaidsp/homepage/aceso-rapido/informacoes-sobre-prep>
24. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer homologado Portaria nº 33. Normatização nacional sobre o uso do nome social na educação básica. Brasil: DOU; 18 jan 2018, Seção 1: 10.
25. Ministério da Saúde. Cuidar bem da saúde de cada um – faz bem para todos, faz bem para o Brasil. (cartilha). Brasília: Editora do Ministério da Saúde; 2016. [acesso em: 14 out 2018]. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/fevereiro/18/CARTILHA-Equidade-10x15cm.pdf>
26. Rocha M. Saiba a diferença entre travesti e crossdresser. Pau pra qualquer obra (site on line). [acesso 15 out 2018]. Disponível em: <http://www.paupraqualquerobra.com.br>
27. McBritton M, Figueiredo R, Garcia R, Reggiane C, Wolfe BM, Schwach K et al. Prevenção na vida como ela é: projetos e estratégias do Instituto Cultural Barong. In Rodrigues Junior OM. (org). Histórias das sexologias brasileiras (vol.1). São Paulo: Instituto Paulista de Sexualidade, 2015. p.213-226.
28. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 1996.
29. Thorau H. O teatro invisível. Rio de Janeiro: UERJ; 2012.
30. Brasil. Constituição Federal da República do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados; 1988.
31. Kraczyk J. A bioética e a prevenção da AIDS para travestis. (Dissertação). Universidade de Brasília. Brasília; 2014. 168p.